



WWF-Brasil

SHIS EQ QL 06/08
Conj. "E"
Lago Sul 71620-430
Brasília-DF
Brasil

Tel: +55 61 3364-7400
Fax: +55 61 3364-7474
Panda@wwf.org.br
<http://www.wwf.org.br>

Posicionamento

01/12/2010

Demandas do WWF-Brasil ao Governo Brasileiro

O Brasil ganha cada vez mais importância no cenário internacional, não somente por seu crescente peso econômico e político, mas também pela riqueza natural do seu território e suas oportunidades de demonstrar e oferecer meios para trilhar um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa. O país sempre foi muito importante nas negociações climáticas e esperamos que ele mantenha sua postura de liderança durante a COP-16 ao registrar suas políticas e ações climáticas nacionais perante a comunidade internacional, procurar soluções em temas contenciosos e conseguir avanços importantes em redução de emissões florestais, finanças, adaptação e tecnologia. Veja abaixo as principais demandas do WWF-Brasil ao governo brasileiro.

1) Liderar as negociações de REDD (Redução de emissões oriundas do desmatamento e da degradação florestal)

O Brasil possui a maior quantidade das florestas tropicais restantes em nosso planeta, mas também ostenta altas taxas de desmatamento, sobretudo na Amazônia e Cerrado. Apesar da queda significativa nos últimos anos, somente entre agosto de 2009 e julho de 2010 foram destruídos cerca de 6.451 km² de florestas somente na Amazônia, o que equivale a quase 800 mil campos de futebol do Maracanã.

Para liderar o processo, o país precisa demonstrar consistência entre suas políticas e evitar que avanços dos últimos anos sejam colocados em cheque por enfraquecimento da legislação ambiental. Um exemplo disto é o caso das mudanças propostas no Código Florestal pelo relatório do Deputado Aldo Rebelo, que pode induzir a um aumento do desmatamento, representando uma ameaça direta às nossas florestas, sua biodiversidade e à nossa capacidade de atingir as metas de redução de emissões.

Além disso, precisa contribuir para o estabelecimento de um arcabouço internacional para REDD, junto com metas de redução de desmatamento de curto, médio e longo prazo, e apoio financeiro adequado por parte dos países desenvolvidos ou por meio da geração inovadora de recursos, como taxaço sobre carbono.



2) Apresentar sua visão de desenvolvimento de baixo carbono para 2050 e os primeiros passos para atingi-las

Nos últimos anos, houve avanços significativos no Brasil em termos de políticas climáticas. O país aprovou a lei que estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm) no final de 2009 e está em fase final de regulamentação de diversas áreas como desmatamento na Amazônia, desmatamento no cerrado, energia, agricultura dentre outros. Ano que vem, novos setores serão alvo de regulamentação como indústria de papel & celulose, transportes, mineração e outros.

Como próximo passo, o país deveria registrar estas ações perante a comunidade internacional descrevendo as atividades pretendidas, seus objetivos, os resultados esperados em termos de redução de emissões, seus custos e necessidade de apoio por parte da UNFCCC.

Além disso, o Brasil precisa desenvolver uma visão de país para 2050, mostrando como pretende atingir um futuro de baixo carbono, considerando não somente suas necessidades de desenvolvimento econômico e social, mas também o teto de emissões disponíveis para tal.

3) Apoiar fontes inovadoras de financiamento climático

Os países desenvolvidos, como principal responsável pelas alterações climáticas, precisam transferir recursos dos seus cofres públicos para apoiar países em desenvolvimento em seus esforços de mitigação e adaptação. No entanto, além de recursos públicos dos países desenvolvidos, novas fontes de recursos serão fundamentais para o financiamento de todas as ações necessárias.

Espera-se que o país defenda fontes inovadoras de geração de recursos como taxaço sobre o transporte aéreo e marítimo, taxaço sobre transações financeiras, leilão de permissão de poluição por parte dos países desenvolvidos, dentre outros. O Brasil, ao longo do ano, já mostrou interesse em tais instrumentos e deveria apoiar avanços concretos nas opções disponíveis.

4) Apoiar a assinatura de um tratado legalmente vinculante

O arcabouço internacional do Pós-2012, para cumprir com seus objetivos de balizar o futuro das sociedades humanas para um futuro de baixo-carbono, precisa ser legalmente vinculante. Isto significa a assinatura de um novo acordo global que inclu



não somente metas ambiciosas para os países desenvolvidos (o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto), como também as ações nacionais dos países em desenvolvimento, apoio financeiro e transferência de tecnologias dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, dentre outros. Não há tempo a perder. É fundamental que o Brasil trabalhe para que a COP16 termine com um plano de trabalho claro para os próximos dois anos, a fim de que se atinja o acordo justo, ambicioso e legalmente já na COP17, na África do Sul.